

Marx e a Guerra Civil Americana: escravatura, capitalismo e socialismo*

Paulo Fernando ROCHA ANTUNES

Universidade de Lisboa

Notas introdutórias

Na presente comunicação procuramos recuperar a reflexão de Karl Marx (1818-1883) em torno da Guerra Civil Americana (1861-1865) – também conhecida como Guerra de Secessão –, guerra que opôs nos EUA os Estados do Norte (conhecidos por União ou federalistas, mas também por *Yankees*) aos Estados do Sul (conhecidos por Confederação ou secessionistas, mas também por sulistas).

Entende-se que a referida reflexão constitui um contributo relevante para a compreensão da conceção materialista da história (*materialistischen Geschichtsauffassung*), pelo menos no que concerne ao desenvolvimento histórico dos modos de produção da vida material (*Produktionsweise des materiellen Lebens*). O contributo anunciado não é no sentido de que Marx e Engels puderam completar a sua conceção, mas no sentido de que o leitor poderá compreender melhor o que os dois autores procuraram expor. Desde logo porque parece contribuir para uma analogia dos conflitos (de carácter sistémico-estrutural) que pode ser estabelecida entre o conflito que opõe a escravatura moderna e o capitalismo e o conflito que opõe o capitalismo e o socialismo.

Não obstante a reflexão teórica de carácter geral, a reflexão de Marx também vale como uma das principais interpretações tidas em torno desta guerra em particular. O seu contributo mais importante terá sido a denúncia da escravatura como causa da guerra, quando outros tratavam de indicar outras causas.

* A presente comunicação faz parte de um trabalho mais amplo que ainda se encontra em desenvolvimento.

Antes da guerra civil, em 1860, o movimento social desfavorável à escravatura era para Marx o acontecimento mais importante em todo o mundo. O autor destacava o movimento social dos abolicionistas nos EUA e o de revolta dos servos na Rússia czarista (a abolição formal da servidão na Rússia ocorreu em 1861). Marx estava convicto de que este movimento repercutiria de maneira promissora na Europa central (cf. 1974 [1860]: 6).

Antes de passarmos ao restante da apresentação, recordamos o que numa missiva enviada a Abraham Lincoln (1809-1865), Presidente dos EUA, escrita por Marx a 28 de Janeiro de 1865, em nome da recém-formada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, fundada em 1864), este reafirmava: o facto de os Sulistas não terem deixado que os acontecimentos se desenvolvessem de outra maneira, o apoio da classe trabalhadora à causa da abolição da escravatura, e o fim da restrição do trabalho “livre” pela escravatura (cf. 1985 [1865]: 19-21).

A “guerra de conquista”: a “lei económica” e um conflito sistémico

De acordo com Marx, a Guerra Civil Americana tratava-se mais propriamente de uma guerra de conquista (*Eroberungskrieg*) escravocrata por parte do Sul, conquista à qual estava associada a sua respetiva sobrevivência (cf. 1980a [1861]: 339-340), em vez de meras questões políticas, secessionistas ou tarifárias.

Se dúvidas houvesse em relação a isto, para Marx, o fundamento escravocrata estaria bem definido desde o primeiro momento. O autor denunciava a partir de um discurso proferido por Alexander Stephens (1812-1883), reputado sulista, na Convenção fundadora da Confederação, o seguinte *slogan*: «[...] agora, pela primeira vez, a escravatura é reconhecida como uma instituição boa em si própria (*an institution good in itself*), como fundação de todo o edifício do Estado [...]» (Marx, 1980c [1861]: 331¹).

Os confederados julgavam livrar-se, de acordo com o seu regozijo, dos preconceitos iluministas do século XVIII herdados pelos “pais fundadores”. Consagravam, desse modo, e eufemisticamente assinalando, a “instituição peculiar” (*peculiar institution*, cf. Marx, 1984a [1861]: 8), bem como a necessidade de a defender.

O fundamento da guerra deflagrada na prática pelos Estados do Sul (a lembrar, o início oficial data de 12 de abril de 1861, por intermédio do ataque ao Forte Sumter, então à guarda do Norte), pela conquista de novos territórios para a escravatura, é resumido por Marx da seguinte maneira:

[...] a contínua expansão do território e a contínua expansão da escravatura para além dos seus antigos limites é uma lei da vida [*ein Lebensgesetz*] para os Estados escravocratas da União. O cultivo dos artigos de exportação do sul, como o algodão, o tabaco, o açúcar, etc., realizado por escravos, só é rentável desde que seja conduzido com grandes grupos de escravos, em larga escala e em vastas extensões de um solo naturalmente fértil, o que requer apenas trabalho simples. O cultivo intensivo, que depende menos da fertilidade do solo do que do investimento de capital, inteligência e energia do trabalho, é contrário à essência da escravatura (1980c [1861]: 335-336²).

¹ «[...] jetzt zum erstenmal die Sklaverei als ein in sich selbst gutes Institut und als das Fundament des ganzen Staatsgebäudes anerkannt sei [...]».

² «[...] fortwährende Ausdehnung des Territoriums und fortwährende Verbreitung der Sklaverei über ihre alten Grenzen hinaus ist ein Lebensgesetz für die Sklavenstaaten der Union. Die durch Sklaven betriebene Kultur der südlichen Ausfuhrartikel, Baumwolle, Tabak, Zucker usw. ist nur ergiebig, solange sie mit großen Gängen von Sklaven, auf massenhafter Stufenleiter und auf weiten Flächen eines natürlich fruchtbaren Bodens, der nur einfache Arbeit erheischt, ausgeführt wird. Intensive Kultur, die weniger von der Fruchtbarkeit des Bodens als von Kapitalsanlagen, Intelligenz und Energie der Arbeit abhängt, widerspricht dem Wesen der

Se os escravocratas tivessem de investir em maquinaria avançada, os escravos teriam de aprender a trabalhar com ela, o que implicava custos e formação de indivíduos que no sistema praticado significaria despesa excessiva; bem como teriam de investir na própria maquinaria, o que retiraria grande parte da margem de manobra, que também deveria assegurar a sobrevivência dos escravos.

Quer dizer, depois dos escravocratas conduzirem à exaustão os seus territórios vitais (o ponto a que se chegara à época), por via de uma produção necessariamente intensiva, precisavam partir para outros territórios e teriam tanto maior lucro quantos mais territórios pudessem cultivar e escravos pudessem produzir.

Os Estados escravocratas do Sul estavam de certa maneira condenados à expansão, a exigir a “liberalização” da escravatura e a forçar os Estados que se encontravam entre o Norte e o Sul a tornarem-se também escravocratas. A expansão, entre outras coisas, poderia servir para consolidar o território da escravatura, assim que se alargassem as fronteiras onde se registava a tensão entre os escravocratas e os abolicionistas. A Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) constitui um exemplo dessa necessidade. Nesta foram anexados (conquistados), entre outros territórios, a Califórnia e o Novo México.

Estava encontrada aquela que seria descrita como a “lei económica que comanda a expansão constante do território da escravidão” (*das ökonomische Gesetz das die beständige Erweiterung des Territoriums der Sklaverei gebietet*); de facto, a sua “lei da vida”, sob pena de se exaurirem os seus rendimentos à conta da estagnação do cultivo da terra. Marx reforçava esta ideia a partir do desabafo de um senador secessionista: “sem um grande aumento no território escravo, ou os escravos devem ser autorizados a fugir dos brancos, ou os brancos devem fugir dos escravos” (cf. 1980c [1861]: 336). Sem terra para cultivar, nada prendia um indivíduo a esta e ao seu dono.

Segundo o revolucionário alemão, o Sul realizava o seu “*va banque!*”, apostava tudo o que podia na guerra e na expansão territorial sob pena de se extinguir o seu modo de produção e os privilégios que lhe eram inerentes (cf. Marx, 1980c [1861]: 338).

Então, da mesma maneira que se provava a escravatura como causa da guerra civil, sentenciava-se a extinção desse modo de produção: a necessidade da sua expansão haveria de o conduzir a um beco sem saída, para o caso, o de um confronto (guerra) com outro modo que não podia derrotar. Daí, Marx assinalava que «[...] cada novo avanço do poder escravocrata era um passo adiante para a sua derrota final.» (1984a [1861]: 9-10³), uma vez que, não podendo lograr uma vitória definitiva, a escravatura moderna jamais poderia sustentar as suas contradições dentro dos seus limites territoriais.

Lincoln tê-lo-á percebido tarde, donde a insistência numa espécie de guerra constitucional. Porventura terá faltado ao Partido Republicano uma perspectiva de conjunto no que ao entendimento das próprias causas da guerra dizia respeito. Isto é, de acordo com Marx, um entendimento de que a luta

[...] entre o Sul e o Norte é, portanto, nada mais do que uma luta entre dois sistemas sociais, o sistema de escravatura [*Systems der Sklaverei*] e o sistema de trabalho livre [*Systems der freien Arbeit*]. A luta deflagrou porque os dois sistemas já não podiam viver pacificamente lado a lado no continente norte-americano. Ela [a luta] só pode terminar com a vitória de um sistema ou do outro (1980a [1861]: 346⁴).

Sklaverei.».

³ «[...] every new advance of the slave power was a step forward to its ultimate defeat.».

⁴ «Der gegenwärtige Kampf zwischen Süd und Nord ist also nichts als ein Kampf zweier sozialer Systeme,

Por conseguinte, estavam longe de ser causa: questões pessoais entre políticos vaidosos ou arrogantes, ou questões de melindre constitucional, ou até de visões bem-intencionadas acerca da liberdade e democracia, nem ainda da defesa do Norte, mesmo que tenha sido obrigado a isso. E muito escreveu a imprensa da época (sobretudo a inglesa) sobre estas questões contingentes.

Alguma coisa subjazia ao imediatamente percebido. Se o Norte defendia a União e o Sul partia para uma guerra de conquista, isso não revelava apenas a escravatura como causa da guerra (mesmo que a secundarização da emancipação a tornasse aparentemente indireta), mas também revelava a escravatura como um sistema, ademais, em direto conflito com outro.

É do nosso entendimento, que Marx, ao assinalar o conflito entre um “sistema de escravatura” e um “sistema de trabalho livre”, recupera a Guerra Civil Americana como um dos momentos privilegiados para se compreender as transformações socioeconómicas da época, mais propriamente no que concerne à ascensão do modo de produção capitalista e do conflito que daí advém. Este modo de produção tornava-se no sistema dominante, superior em relação aos modos de produção anteriores, entre os quais, a escravatura, mesmo a moderna, fazia parte (cf. Marx, 1962 [1867]: 787).

Escravatura vs capitalismo (vs socialismo)

Não terá constituído acaso histórico que o Norte se tenha expandido territorialmente mais do que o Sul, a despeito das necessidades deste, e registado um crescimento económico mais vigoroso (cf. Marx, 1984a [1861]: 10). Em igual medida, não era por acaso que Marx enfatizava a questão da proporção de escravos e homens livres nos Estados da fronteira entre o Norte e o Sul, considerando ser este o termómetro com o qual se devia medir a vitalidade da escravatura (cf. 1980a [1861]: 342). Por um lado, limitava-se objetivamente o território da escravatura e, por outro lado, limitava-se subjetivamente o sentimento favorável a esta. A vantagem encontrava-se factualmente do lado dos indivíduos livres.

Assim, como acima se fez anunciar, a escravatura também encontrava os seus limites no desenvolvimento do modo de produção capitalista dos Estados do Norte

Vejamos, homens que se encontravam em suposta liberdade de trabalho não poderiam (em circunstâncias “normais”) aceitar a escravatura. Chama-se a atenção de que a dada altura Marx distingue entre “escravatura direta” (*esclavage direct*) e “escravatura indireta” (*esclavage indirect*). A primeira remete para a expressão em causa no âmbito da presente comunicação; a segunda, para o tipo de exploração existente em capitalismo, pois, de acordo com o autor, o trabalhador, neste caso, não é, em rigor, livre, porquanto apenas o será em comparação com sistemas anteriores e no sentido de que é ele, supostamente, o “senhor dos seus braços” (cf. Marx, 1977 [1846]: 454). Este é o chamado “trabalho livre”, assente no trabalho assalariado.

Um dos exemplos, de que os homens que se encontravam em suposta liberdade de trabalho não poderiam aceitar a escravatura, vem dos trabalhadores dos EUA que, apesar de alguns entenderem que a libertação dos escravos poderia vir a piorar a sua situação, não deixaram de contribuir para avanços abolicionistas. Mas, foi em Inglaterra, principalmente, onde os

des Systems der Sklaverei und des Systems der freien Arbeit. Weil beide Systeme nicht länger friedlich auf dem nordamerikanischen Kontinent nebeneinander hausen können, ist der Kampf ausgebrochen. Er kann nur beendet werden durch den Sieg des einen oder des andern Systems.».

trabalhadores, que passaram as maiores agruras devido à crise do algodão, permaneceriam sempre favoráveis à abolição e à manutenção da guerra até ao último dia da escravatura (cf. Marx, 1862b: 137, 138). Os trabalhadores europeus tinham percebido que aquela guerra também tinha algo que ver com eles.

Acresce a isto que um modo de produção capaz de produzir riqueza e bens materiais à velocidade, e na quantidade, que o capitalismo produzia (mesmo que para uma parte limitada da população), a par da industrialização, que em parte a escravatura tinha de abdicar, não poderia aceitar tal fixidez socioeconómica, apesar dos interesses particulares dos industriais do algodão (cf. Marx, 1984b [1861], 17-20)

Ainda que a escravatura direta tenha sido, segundo Marx, o eixo do industrialismo daquele tempo, tal como as máquinas, o crédito, etc. Sem esta, não havia algodão; sem algodão, não havia indústria moderna. A escravatura valorizara as colónias, e estas criaram o comércio mundial, condição necessária da grande indústria mecânica. Atente-se na seguinte passagem: «O monopólio do algodão dos Estados escravocratas da União Americana não é um monopólio natural, mas histórico. Cresceu e desenvolveu-se simultaneamente com o monopólio da indústria inglesa do algodão no mercado mundial» (Marx, 1980b [1861]: 348-349⁵).

É, por isso, que a escravatura deve ser entendida como uma “categoria económica da maior importância” (*catégorie économique de la plus haute importance*, cf. Marx, 1977 [1846]: 454-455). Porém, agora apresentava-se como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

A própria reciprocidade do mercado mundial contribuiria para o fim da escravatura. A maneira como o comércio funcionava já não combinava com aquele tipo de monopólio detido pelo Sul e pelos ingleses à cabeça. Aliás, esta reciprocidade, o seu desenvolvimento, estaria na base dos exemplos acima descritos.

Segundo Marx e Friedrich Engels (1820-1895) – cofundador da concepção marxista –, dado o desenvolvimento (histórico) socioeconómico registado até então, a guerra estaria condenada a seguir o seu rumo “revolucionário”, isto é, o rumo da abolição da escravatura, ainda que num sentido burguês. Esta constituiu a segunda fase da guerra – abolição declarada –, depois de uma fase mais constitucional, no que à postura do Norte dizia respeito. Acabava-se em definitivo com uma postura mais moderada e já não se fingia não perceber o que estava realmente em causa.

No entanto, os dois autores não apresentavam ilusões quanto ao carácter revolucionário desta guerra, visto que não se tratava, propriamente, de uma revolução socialista. Ambos denunciaram várias vezes que os EUA não passavam de uma república e democracia burguesa e que daí não iria passar, pelo menos se se ficasse apenas pela abolição da escravatura.

A guerra civil concluía a revolução burguesa, iniciada com a guerra da independência, na medida em que vinha pôr termo a uma condicionante socioeconómica própria de outros sistemas (não burgueses) e inaugurar (libertar) outra era. Como Marx afirmaria mais tarde em *Das Kapital* (1867): «Nos Estados Unidos da América todo o movimento operário autónomo ficou paralisado enquanto a escravatura desfigurou uma parte da república. O trabalho de pele branca não se pode emancipar onde o de pele negra é estigmatizado.» (Marx, 1962 [1867]: 318⁶).

⁵ «Das Baumwollmonopol der Sklavenstaaten der amerikanischen Union ist kein natürliches, sondern ein geschichtliches Monopol. Es wuchs und entwickelte sich gleichzeitig mit dem Monopol der englischen Baumwollindustrie auf dem Weltmarkt.» Era chegado o tempo do capitalismo largá-lo.

⁶ «In den Vereinigten Staaten von Nordamerika blieb jede selbständige Arbeiterbewegung gelähmt, solange die Sklaverei einen Teil der Republik verunstaltete. Die Arbeit in weißer Haut kann sich nicht dort emanzipieren,

Se a Europa andava a superar o milenar feudalismo, os vestígios que deste ainda persistiam, os EUA tratavam agora de se libertar das suas ligações com sistemas ultrapassados, no seu caso particular, a escravatura moderna. É nesse sentido que, segundo Marx, a proclamação da abolição era então o documento mais importante desde a própria Constituição americana (cf. 1980d [1862]: 552).

Será esse o motivo que levará Marx a considerar apenas verdadeiramente revolucionária a fase posterior à guerra, quando as condições do “trabalho vs capital” já se pudessem encontrar dadas sem uma condicionante como a escravatura e se pudesse começar a olhar para outras transformações sociais e económicas. Era preciso libertar a classe trabalhadora de tais constrangimentos – que a colocavam tão perto da pior condição laboral de todas, a escravatura –, para que esta se pudesse organizar como classe no seu todo de modo a conseguir a sua efetiva libertação. Agora a luta podia ser outra e mais decisiva

Tendências histórico-económicas

Grande parte da intervenção jornalística de Marx em torno da Guerra Civil Americana teve como objetivo denunciar o que, de acordo com a sua conceção, era erradamente veiculado sobre a mesma, opondo-lhe a sua reflexão fundamental: a causa da guerra encontrava-se na escravatura, em última instância, num confronto entre dois sistemas.

Se os escravos tinham agora a sua emancipação, essencialmente, laboral, tratava-se pois de a completar, ou seja, “emancipação total”: social, política, etc., “sem reservas”, “sob pena de novo banho de sangue”, assim o exigia a AIT a 25 de setembro de 1865 (cf. Schlüter, s.d., 27).

Marx e Engels, após o assassinato de Lincoln a 15 de abril de 1865, entusiasmaram-se inicialmente com o seu substituto, Andrew Johnson (1808-1875). Porém, depois perceberam que o rumo já não era revolucionário, bem pelo contrário, Marx denunciava: “a reação já estava instalada na América” (*Die Reaction hat bereits in America begonnen...*, 2002a [1865]: 483).

Na verdade, o modo de produção capitalista tocava a rebate, era o seu tempo. Uma vez libertado do constrangimento da escravatura, o capitalismo encontraria um novo fôlego de mão-de-obra, de mercado e novos territórios. Tal acabaria por ser o mais evidente sinal de uma “revolução inacabada”, não somente no que dizia respeito ao sentido emancipador do trabalho que Marx e a AIT preconizavam, mas também pela maneira como os ex-escravos foram integrados na sociedade, desde a produção à legislação.

Apesar de tudo, da mesma maneira que a escravatura fizera parte de um determinado desenvolvimento histórico, também o capitalismo o fará. O próprio desenvolvimento do capitalismo propiciou a última forma aproveitável ao sistema escravocrata moderno – o monopólio do algodão.

Nos escritos do revolucionário alemão, podemos encontrar um esforço pela compreensão dos mecanismos do sistema capitalista, sem por isso significar uma mecânica propriamente dita ou, ainda menos, um conjunto de regras supostamente universal (o que seguramente não abrangerá alguns dos diversos autores que se arrogam de marxistas). Em rigor, julgamos encontrar um esforço para compreender como, na história, se desenvolvem determinadas tendências (*Tendenz*), para o caso, económicas.

A natureza do que é económico, aqui em causa, remete para a produção da própria vida

wo sie in schwarzer Haut gebrandmarkt wird.»

material (*Produktion des materiellen Lebens selbst*) humana e para a maneira como a mesma se desenvolve historicamente e assume diversas expressões. Porquanto não bastaria falar de “tendências” para garantir o acerto da análise, é preciso que esta assente em “solo real” e não se perca em derivas especulativas (como, por exemplo, a conceção denominada “filosofia da história”).

A principal tendência capitalista, assinalada nestas reflexões, encontra-se na origem da crise do algodão inglesa, crise que não se deveria tanto à Guerra Civil Americana quanto à sobreprodução (*Überproduktion*) da própria indústria inglesa. Quem o avançava em primeiro lugar era a insuspeita Câmara do Comércio de Manchester, Marx cita-a no seu artigo *On the Cotton Crisis* (cf. 1980e [1862]: 462).

Marx e Engels já o haviam anunciado em 1850 a propósito da saturação do mercado indiano, essencial para que a Inglaterra escoasse a sobreprodução monopolista reforçada pelas revoluções europeias de 1848 (cf. 1960 [1850]: 219-220). Aí, também se encontrava parte do interesse inglês na guerra estado-unidense, uma vez que o Império Britânico precisava dos EUA para escoar parte dos seus produtos (além do negócio do algodão) e, para isso, precisava igualmente de condicionar a tarifa protecionista do Norte (cf. Marx, 1980e [1862]: 462-463).

Apesar de destacar a crise (estrutural) tendencial de sobreprodução, Marx não deixava de alertar para o agudizar de toda a situação dada a continuação da crise (conjuntural) americana, pois esta traria (e trouxe) maior deterioração das condições de vida, principalmente para os trabalhadores, visto que perderam os seus empregos ou se encontrariam em risco de os perder.

No caso mais específico dos “lords” do algodão, estes estavam preocupados com a escassez do algodão ao mesmo tempo que se encontravam com dificuldades em escoar o produto já produzido. Aqui parece encontrar-se uma contradição, contudo, compreensível à luz do próprio desenvolvimento do sistema. Porquanto, da mesma maneira que os escravocratas precisavam de extrair da terra, do suor do escravo, o seu rendimento, o capitalista precisava de ter os braços dos seus operários agarrados à máquina, mesmo existindo excedente, pois sem produção, não poderia haver lucro (por exemplo, cf. Marx, 1962 [1867]: 416-440)

O mercado mundial desenvolvia-se cada vez mais como um só, é uma tendência capitalista, e uma guerra ou uma crise em qualquer parte do mundo já começava a ser motivo de preocupação para todas as outras nações. Marx teria em mente este desenvolvimento global quando escreveu que “a abolição da escravatura iria ter um impacto positivo no mundo inteiro” (*Es wird den wohlthätigsten Einfluss auf die ganze Welt haben.*, 2002b [1864]: 90). Finalmente, os trabalhadores “livres” de todo o mundo teriam pela frente outras circunstâncias a partir das quais lutar e conjugar esforços.

Perspetiva dialético-revolucionária vs evolucionário-gradualista

Em nosso entendimento, a reflexão marxista em torno do desenvolvimento da escravatura, e, por consequência, do capitalismo, remete para um confronto entre uma perspetiva revolucionária e uma gradualista (no caso desta, “a violência nunca alcançaria coisa nenhuma”). Quer dizer, remete para um confronto entre uma perspetiva dialética e uma evolucionária, isto é, entre dois entendimentos distintos do que é o devir. Embora Marx, ao longo destas suas reflexões, não o tenha colocado desta maneira.

Ora, circularam opiniões (por exemplo, no jornal *The Economist*) de que a escravatura

estaria condenada ao desaparecimento, apoiando-se precisamente na questão da “lei económica da sua expansão constante de território” e que por causa dessa condição a escravatura havia de desaparecer por si, constitucionalmente, e a guerra, por isso mesmo, teria sido em vão (cf. Marx, 1984a [1861]: 13). No essencial, o progresso faz-se sem sobressaltos. Esta análise terá vigorado durante a primeira metade da guerra.

Segundo Marx, uma perspetiva como esta ignoraria o próprio desenvolvimento histórico: como ali se chegou (as concessões e a demanda por algodão) e até como dali se saiu (a “reconstrução falhada”). As concessões e, mais tarde, a segregação e a restrição de diversos direitos aos ex-escravos provavam que não apenas um sistema nunca está realmente condenado a desaparecer por si só, ainda que de certa maneira possa estar condenado por via das suas tendências particulares, como a guerra (neste caso, a violência) fora essencial para a concretização, mesmo que prenhe de falhanços, da abolição.

Na esteira marxista, a *Praxis* humana acabará por conduzir a momentos de rutura – por exemplo, uma guerra, uma revolução, etc. –, que constituem um salto qualitativo (dialético) e que, em última instância, mediante determinadas condições, serão necessários. A revolução tratar-se-á, em rigor, da transformação da propriedade dos meios de produção e a maneira de o concretizar pode assumir diversas expressões, não necessariamente violentas. Tenha-se ainda em conta de que nem todas as guerras e/ou revoluções expressam um conteúdo de progresso.

Marx refere-se, entre outras coisas, às “mudanças quantitativas” (*quantitative Veränderungen*) que durante a Idade Média se acumularam até que o possuidor de dinheiro ou de mercadorias se pudesse transformar em capitalista, confirmando uma diferença qualitativa (*qualitative Unterschied*) em relação aos anteriores comerciantes (cf. 1962 [1867]: 326-327). As revoluções burguesas terão constituído os momentos de rutura que confirmaram a superioridade capitalista sobre o feudalismo.

No meio de tudo isso desenvolve-se a consciência dos indivíduos. Vejamos, até ao deflagrar da guerra e uns anos adiante, eram poucos os indivíduos que estavam conscientes de que a abolição da escravatura era fundamental, aquilo que estava realmente em causa. A guerra tornou-se um momento decisivo para a transformação das mentalidades (não determinada nem mecanicamente). O que aparenta ser um processo gradual, não será mais do que parte de um desenvolvimento mais geral e suscetível de ruturas acompanhado (mas também propiciando) de uma nova, ou pelo menos diferente, consciência social.

Além disso, é interessante perceber que o sistema capitalista, tal como o sistema escravocrata (e o feudalismo), também tem as suas próprias leis de desenvolvimento, isto é, tendências e contradições históricas, bem como os seus limites (a tendência expansionista da escravatura foi o seu, o limite do capitalismo será outro, eventualmente não muito distante de um certo expansionismo também, ali territorial, aqui superprodutivo).

A atividade dos indivíduos (e a consciência que nesta se desenvolve), que na verdade determina as tendências dominantes, mais tarde ou mais cedo gera guerras, crises (por sinal, cíclicas) e revoluções, que passo a passo poderão gerar uma derradeira rutura e dar lugar a outro modo de produção. Se seguirmos Marx e Engels, tratar-se-á do socialismo.

O que é certo, é que tal como os escravocratas não cederam o seu lugar na história sem dar luta, também os capitalistas (ainda mais na era do nuclear) não deixarão o seu lugar sem alardeio. Porventura, *se o proletariado não lograr maior participação nos resultados da sua produção, ou deverá fugir dos capitalistas (por exemplo, exílio, emigração, etc.), ou os capitalistas deverão fugir do proletariado (por exemplo, revolução, etc.)*.

Conclusão: o contributo da Guerra Civil Americana

Julgamos que a importância da reflexão marxista em torno dos EUA, no caso particular da sua guerra civil, se confirma nos dois sentidos primeiramente assinalados: em primeiro lugar, por via de um contributo para uma melhor compreensão da própria conceção materialista da história quanto ao desenvolvimento histórico dos modos de produção; e, em segundo lugar, pela sua interpretação dos acontecimentos em questão, principalmente se comparada a alguns intérpretes mais recentes que ainda insistem nas teses veiculadas pela Confederação ou pela generalidade da imprensa daquele tempo.

Posto isto, destacaríamos os pontos que consideramos mais relevantes:

- a “base económica” (*ökonomischen Grundlage*) – no sentido do modo de produção do viver humano, das relações sociais de produção (cf. Marx, 1961 [1859]: 8-9) –, que no seu desenvolvimento, não apenas conduziu a um conflito entre sistemas, como destacou a escravatura moderna enquanto modo de produção que encontrava naquele tempo a necessidade de disputar uma guerra de conquista pela sua própria sobrevivência (a escravatura como causa da guerra); tal não poderia ser melhor ilustrado do que pela expressão do senador secessionista: a escravatura fora apresentada como “fundação de todo o edifício do Estado”;

- o desenvolvimento da produção do viver humano como gerador de tendências e contradições, de “leis” válidas para o modo de produção em causa (e não de “leis” válidas para todos os modos de produção), de como estas “leis” refletem a atividade humana, e revelam o seu carácter histórico e transitório (*caractère historique et transitoire*, cf. Marx, 1977 [1846]: 452); e,

- o “salto” qualitativo que um momento de rutura, de transição, sempre significa historicamente, quer seja mais ou menos violento, por via de uma guerra, revolução, etc., quer seja até menos percebido, mas que em dados períodos da história sempre se tem revelado nas alturas aparentemente mais inesperadas, pois o processo não é rigidamente linear nem totalmente transparente.

Entendemos, finalmente, que a reflexão de Marx e Engels aqui recuperada destaca-se como contributo fundamental para a compreensão da conceção de ambos no estabelecimento de uma analogia entre o conflito que opõe a escravatura e o capitalismo – com este a superar a última expressão daquele, provando factualmente e em tempo mais reduzido do que noutros casos, a relevância da “base económica”, da “rutura” e do “carácter histórico e transitório” num sistema social e económico –, e o que opõe o capitalismo e o socialismo. Visto que se assemelha ao que os dois autores alemães, Marx em particular, assinalaram como “transição real” do capitalismo para o socialismo.

O que nos pode remeter para a total confiança que Marx manteve na abolição da escravatura. Ainda a guerra ia a meio, a correr mal para o Norte, e o alemão, em carta enviada a 9 de setembro de 1862, respondia às aparentes hesitações do seu amigo Engels: «Quanto aos Yankees, estou firmemente de acordo, agora como antes, que o Norte vencerá no final [...]» (2013a [1862]: 233⁷). A vantagem na análise de Marx estaria em poder concentrar-se numa perspetiva de conjunto da situação – condizente com a própria conceção materialista da história – e não em questões particulares (ainda que importantes) como, por exemplo, as militares.

Entretanto, um tal otimismo em relação à superação do capitalismo, primeiramente esboçado pelos dois revolucionários alemães, revelou-se historicamente precipitado. Todavia,

⁷ «Was die Yankees angeht, so bin ich sicher nach wie vor der Ansicht, daß der Norden schließlich siegt [...]».

a favor de Marx, e também de Engels, não apenas os dois autores moderaram o seu discurso no que ao tempo da revolução diz respeito (por exemplo, cf. Marx, 2013b [1863]: 357), como a história ainda não acabou (nem há de acabar...). Estamos em crer que o fim da escravatura moderna, da maneira como entendemos o contributo aqui explicitado, ilustra-o suficientemente.

Referências bibliográficas:

- Marx, Karl-Engels, Friedrich (1960). “Revue [Januar-Februar 1850]”. *Marx-Engels Werke* (Doravante: MEW). Berlin: Dietz Verlag, vol. 7, pp. 213-225.
- Marx (1961). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* [1859]. MEW, vol. 13, pp. 3-160.
- _____ (1962). *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie* [1867]. MEW, vol. 23.
- _____ (1977). “Lettre a Annenkov le 28 décembre 1846”. Publiée sous la responsabilité de Badia, Gilbert & Mortier, Jean. *Marx-Engels, Correspondance. Novembre 1835-Décembre 1848*. Paris: Editions Sociales, tome 1, pp. 446-459.
- _____ (1980a). “Der Bürgerkrieg in den Vereinigten Staaten” [1861]. MEW, vol. 15, pp. 339-347.
- _____ (1980b). “Die Krise in England” [1861]. MEW, vol. 15, pp. 348-351.
- _____ (1980c). “Der nordamerikanische Bürgerkrieg” [1861]. MEW, vol. 15, pp. 329-338.
- _____ (1980d). “Zu den Ereignissen in Nordamerika” [1862]. MEW, vol. 15, pp. 551-553.
- _____ (1980e). “Zur Baumwollkrise” [1862]. MEW, vol. 15, pp. 461-463.
- _____ (1984a). “The American Question in England” [1861]. *Marx-Engels Collected Works* (Doravante: C.W.). London-New York: Lawrence & Wishart-International Publishers, vol. 19, pp. 7-16.
- _____ (1984b). “The British Cotton Trade” [1861]. C.W., vol. 19, pp. 17-20.
- _____ (1985). “To Abraham Lincoln, President of the United States of America” [1865]. C.W., vol. 20, pp. 19-21.
- _____ (2002a). “Brief an Engels in Manchester, 24. June 1865”. *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (Doravante: MEGA²). Berlin: Akademie Verlag GmbH, III, vol. 13, pp. 481-484.
- _____ (2002b). “Brief an Lion Philips in Zalt-Bommel, 29. November 1864”. MEGA², III, vol. 13, pp. 89-90.
- _____ (2013a). “Brief an Engels in Manchester, 10. September 1862”. MEGA², III, vol. 12, pp. 233-234.
- _____ (2013b). “Brief an Engels in Manchester, 9. April 1863”. MEGA², III, vol. 12, pp. 355-357.
- Schlüter, Hermann (s.d.). *Karl Marx and the American Civil War*. Girard, Kansas: Haldeman-Julius Company.